

A DUALIDADE DO MEIO RURAL BRASILEIRO INTERPRETADA A PARTIR DA TEORIA DA ACUMULAÇÃO ENTRAVADA¹

Júlia Jacomini Costa²

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é iniciar a análise da dualidade do rural brasileiro, marcado pelos modelos do agronegócio e da agricultura familiar, a partir da teoria da acumulação entravada.

Para tanto, este artigo organiza-se em quatro seções. Na primeira seção será abordada, de maneira brevíssima, a teoria da acumulação entravada, que fundamentará a análise aqui proposta. Na segunda seção, serão tratadas as transformações sofridas pelo campo a partir dos anos 1980, que levaram à consolidação do modelo do agronegócio, que hoje possui grande importância na economia nacional. A terceira seção aborda a emergência do debate acerca da agricultura familiar a partir dos anos 1990, ainda que seus resultados práticos ainda sejam incipientes. Por fim, a última seção busca interpretar o confronto entre esses dois modelos de produção agrícola sob o prisma da teoria da teoria da acumulação entravada.

Entende-se que aqui foram dados os passos iniciais no contato com essa ‘nova’ teoria que se descortina como possibilidade de interpretação. Aceita-se porém que os limites são muitos, e que por vezes a análise pode não atingir resultados satisfatórios, contemplando a complexidade da teoria e da realidade sob foco de estudo.

¹ Artigo entregue ao final da disciplina “O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista” (AUP 840), ministradas pelos professores Csaba Deák, Sueli Ficscher e Nuno Fonseca no primeiro semestre de 2010.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP)

1. Teoria da acumulação entravada: breve retomada³

A teoria da acumulação entravada no Brasil foi elaborada por Csaba Deák, e esta seção pauta-se em seus escritos. O autor (DEAK, 1999) parte da idéia de que o esgotamento do estágio de acumulação extensiva no Brasil aponta para a permanência da sociedade de elite, que se diferencia da sociedade burguesa e que se reproduz no país desde o período colonial. E para a compreensão desta reprodução, o autor retoma a gênese do Estado brasileiro.

A produção colonial constitui-se a partir da produção de um excedente destinado à metrópole. Entretanto, passado o período inicial de colonização, a ampliação do excedente exige uma produção voltada para a colônia, com fins de subsistência e reprodução social. Destaca-se que o processo de produção/reprodução local é antagonico à extração de excedente por parte da metrópole, produzido na ampliação de sua própria reprodução. E a história das colônias se expressa a partir desse antagonismo entre a reprodução local e sua exploração pela metrópole.

No século XIX o processo de antagonismo se mantém, e a sociedade que se estrutura a partir desse antagonismo organiza-se a partir de grupos dominantes locais, que têm como objetivo manter a estrutura de produção pautada no trabalho escravo, que se destina à exportação de produtos tropicais para o mercado europeu (VIOTTI, 1968; citado por DEAK, 1999). Desse modo, “o objetivo da constituição do Estado brasileiro ficou sendo o de assegurar as condições de reprodução do *status quo ante*, isto é, da sociedade colonial, organizada em função da produção colonial”. (DEAK, 1999, p. 5).

A consolidação e a legitimação da manutenção do *status quo* vigente no recente Estado brasileiro vem a cabo com a Constituição de 1824, pautada na ideologia liberal e

³ Esta seção é fortemente baseada em DEAK (1999)

com conteúdo elitista. Segundo Deák (1999), o elo ausente para a reprodução da sociedade em questão é a inserção do Brasil nas relações econômico-financeiras internacionais, que asseguraria a continuidade do padrão produtivo da vida econômica do país. Este elo é incorporado aos demais a partir da dívida portuguesa junto à Inglaterra que o Brasil assume para o reconhecimento de sua independência. Desse modo, no Estado brasileiro em emergência os tributos coloniais são substituídos pelo pagamento de juros sobre a dívida externa.

Como anteriormente destacado, o processo de reprodução social no Brasil durante a Independência subordinou-se aos requisitos da reprodução das condições de dominação por uma elite, de origem colonial. E no que se refere à organização da produção, os mesmos requisitos se traduzem na primazia da expatriação do excedente sobre a acumulação no mercado interno. Segundo Deák

No processo de acumulação entravada uma parte substancial do excedente é continuamente retirada e enviada além das fronteiras, ao invés de ser incorporada à reprodução ampliada. No entanto, ainda assim há uma certa acumulação (correspondente à parte não expatriada do excedente), sendo essa última uma condição da expansão do excedente expatriável, ou seja, imposta pelo próprio princípio de maximização do excedente expatriado. (1999, p.11)

Desse modo, a reprodução da sociedade de elite e a acumulação entravada no Brasil têm suas raízes no período colonial. Tais características ganham contornos melhor definidos a partir de 1850, quando o Brasil dá início ao estágio extensivo de acumulação. A expatriação de excedentes e a reprodução da sociedade de elite configuram o entravamento da acumulação. Tem-se então uma *dialética da acumulação entravada*, a partir da recomposição/reimposição da primazia da expatriação do excedente sobre a acumulação a partir de sucessivas crises. Por fim,

A exploração da dialética da acumulação entravada, processo específico de reprodução social desde a Independência até o fim dos anos 1970, e es-

pecialmente sua vinculação ao estágio extensivo permite uma interpretação da crise que se implanta no início da década de 80 e que ainda está por ser resolvida. A exaustão do estágio extensivo no Brasil implica a exaustão da acumulação entravada, e a crise precisa ser resolvida mediante um embate entre as forças sociais: seja, por um lado, a favor da manutenção da primazia da expatriação de excedente – e da sociedade de elite – que no entanto implica agora a anulação, e não mais mero retardamento, da acumulação, vale dizer, da própria reprodução ampliada; seja, por outro lado, a favor do princípio da acumulação com a passagem ao estágio de acumulação intensiva, que implica por sua vez a anulação da expatriação de excedente – e na transformação da sociedade que nela se sustenta. (DEAK, 1999, p. 14).

A apresentação da teoria da acumulação entravada, ainda que sucintamente – e reconhecidamente de forma insuficiente – tem aqui o objetivo de estabelecer algumas bases para a análise da dualidade do meio rural brasileiro que será desenvolvida nas próximas seções, com maior ênfase na quarta seção.

2. As transformações do meio rural brasileiro a partir de 1980 e a consolidação do modelo do agronegócio

Ao longo da década de 1930 se desenvolvem, do ponto de vista alimentar, diversos fenômenos contraditórios em todo o mundo: nos países industrializados tem-se excedentes agrícolas com dificuldade de serem colocados no mercado, ao mesmo tempo em que o conhecimento científico desenvolve pesquisas sobre a desnutrição humana. Na mesma época, estudos em países subdesenvolvidos propiciam a tomada de consciência do fenômeno da subalimentação e da fome. Naquele período observa-se o alerta de especialistas em nutrição humana sobre a necessidade de aumentar as disponibilidades alimentares, enquanto economistas recomendavam a redução da produção agrícola (CHONCHOL, 2005). Aquele paradoxo suscita estudos e investigações que culminam, em 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Em 1952 ela estabelece seu *Programa Alimentar Mundial*, que se pautou no aumento da oferta de alimentos para solucionar o problema da fome. Aquelas políticas tinham como norte a *segurança alimentar*, definida pela própria FAO como

uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possam ter acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades dietárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. Para tanto, investe-se na produção de sementes de trigo e arroz de alto rendimento, procedimentos que precedem o início da Revolução Verde em 1965 (CHONCHOL, 2005).

Com a revolução verde disseminou-se, principalmente na Ásia e na América Latina, o uso de sementes com elevada resposta à utilização de agroquímicos, deslocando parte do processo agrícola para as empresas fornecedoras de sementes e insumos. Ampliou-se alguns elementos da segunda revolução agrícola – como seleção, tratamentos, fertilização mineral, mecanização parcial, cultura uniforme de populações geneticamente homogêneas, controle do uso de recursos hídricos –, que foram aplicados principalmente às culturas do arroz, do milho e da soja, comumente cultivadas em países em desenvolvimento. FILIPPI (2009) aponta que a revolução verde proporcionou o aumento significativo da produção agropecuária, a partir de políticas direcionadas aos estabelecimentos rurais patronais. Já a pequena produção ficou relegada a um plano marginal, provocando sérias conseqüências sociais.

As políticas derivadas da revolução verde se inserem nas diretrizes do Estado desenvolvimentista vigente no Brasil desde meados da década de 1930. No entanto este modelo entra em declínio a partir das crises do petróleo de 1973 e de 1979, conseqüência das instabilidades geopolíticas nos países produtores de petróleo. Segundo Filippi (2009) a década de 1980 pode ser resumida na crise do Estado desenvolvimentista, provocando o desmoronamento do modelo de financiamento público nos setores produtivos da economia.

Ainda segundo Filippi (2009), durante a década de 1990, os ajustes estruturais pautados no receituário de austeridade financeira do Consenso de Washington resultaram na retirada sistemática e contínua das instituições estatais das políticas econômicas destinadas aos setores produtivos. Nesse sentido Fernandes (2006) aponta que nas últimas décadas o meio rural latino-americano sofreu profundas alterações provocadas pelo modelo de desenvolvimento que gerou, ao mesmo tempo, mudanças e permanências nas diferentes fases econômicas. Segundo o autor

O tradicional sistema latifundista que determinou a estrutura fundiária durante séculos passou por mudanças setoriais, técnicas e tecnológicas com a intensificação da industrialização da agricultura. A população rural composta predominantemente por indígenas e camponeses conheceu um dos maiores êxodos rurais da sua história. A territorialização das corporações norte-americanas e européias ampliou seus domínios com a expansão de seus sistemas de produção. Esse conjunto de mudanças intensificou as formas de exploração do modelo agroexportador e aumentou a expropriação dos camponeses e indígenas, gerando pobreza e miséria. Políticas de reforma agrária foram implantadas sem conseguirem desconcentrar a estrutura fundiária. A “modernização” iniciada com a *revolução verde* aumentou a produção e a produtividade, produziu problemas ambientais e sociais, conservando as formas de exploração. (FERNANDES, 2006, p. 3).

Desse modo, a partir da década de 1980 se processam as mais significativas transformações no campo latino-americano. A aceleração da mecanização e a intensificação no uso de insumos e equipamentos, impulsionadas por políticas de aumento da produtividade, beneficiam os grandes proprietários de terra que aumentam sua participação no mercado internacional; ao passo que os pequenos produtores, sem ter acesso às transformações em curso, são expulsos de suas terras. Nesse contexto, as políticas para o desenvolvimento meio rural passam a coadunar-se com a agenda neoliberal de reformas, sendo garantidas pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelas orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Este novo curso tomado pela economia latino-americana se caracterizou por um crescente processo de abertura ao mercado externo, privatização,

desregulamentação das atividades econômicas nas esferas nacionais, dos mercados e das relações laborais, redução da presença estatal na atividade produtiva e liberalização financeira. Em referência especificamente às conseqüências desse movimento sobre a questão agrária, Fernandes (2006) afirma que

Com a globalização da economia, ampliou-se a hegemonia do modelo de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, denominado agronegócio. Com a minimização do protagonismo do Estado, grupos econômicos ruralistas passaram a ditar e produzir políticas agrícolas, aumentando ainda mais o controle dos mercados. Essa nova cara da agricultura capitalista também mudou a forma de controle e exploração da terra. Com a intensificação da mecanização, do uso de agrotóxicos e da expansão da produção de plantas transgênicas, aumentou a produtividade e a produção de algumas culturas, promovendo maior ocupação das áreas agriculturáveis e também expandindo as fronteiras agrícolas para as regiões de florestas. (FERNANDES, 2006, p. 1)

Destarte, a partir do processo de globalização as políticas agrícolas ficaram subordinadas às demandas das políticas macroeconômicas, com significativas implicações para a segurança e autonomia alimentar dos povos latino-americanos (CHONCHOL, 2000). Desse modo, tem-se hoje a idéia dominante de que as políticas de desenvolvimento devem se pautar na intensificação do comércio internacional, minimizando os recursos e os programas direcionados à produção de alimentos para o mercado interno.

As conseqüências dos processos de reforma e ajuste econômico sob as diretrizes do neoliberalismo induziram a mudanças na estrutura produtiva a favor dos produtos com maior demanda no âmbito mundial (frutas, flores, sementes, oleaginosas, produtos florestais, carnes de aves, soja, algodão, etanol, açúcar) em detrimento de produtos tradicionais como feijão, arroz, café, banana, entre outros. Tais transformações devem-se às prioridades do governo nacional, que passa a batalhar pela presença de seus produtos em mercados de países desenvolvidos. Nesse sentido, outros objetivos que são

fundamentais para a formulação de políticas agrícolas são colocados em segundo plano, como o acesso da população aos alimentos. Coadunando com estas transformações tem-se um representativo investimento de recursos públicos em centros de pesquisa e órgãos governamentais destinados a alcançar aumentos de produtividade para os produtos valorizados no mercado internacional, assim como a inovação na atuação diplomática brasileira, ao lado de países latino-americanos, em busca da derrubada nas cortes internacionais de barreiras protecionistas erguidas a seus produtos pelos países desenvolvidos.

Outra transformação na estrutura produtiva que se destaca é a inserção massiva de insumos e equipamentos agrícolas, que associados ao uso de sementes híbridas e/ou melhoradas, estão sob o controle de corporações internacionais. Como aponta Fernandes (2006), em 2005, dez empresas controlavam a comercialização da maior parte das sementes do mundo. São elas: Monsanto, Dupont/Pioneer, Land O' Lakes, Delta & Pine Land (EUA); Syngenta (Suíça); Groupe Limagrain (França); KWS AG, Bayer Crop Science (Alemanha); Sakata, Taikii (Japão); DLF-Trifolium (Dinamarca).

Desse modo, a partir das transformações apontadas um novo modelo agrícola se fortalece: o agronegócio. De forma simplificada, o agronegócio é definido como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas atividades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Compreende, portanto, os níveis de suprimentos à produção, produção, transformação, acondicionamento, armazenamento, distribuição e consumo. Destaca-se ainda que este modelo caracteriza-se pela organização em grandes propriedades, uso de mão de obra assalariada, monocultura de produtos valorizados no mercado internacional, adoção de insumos e defensivos

agrícolas, emprego de maquinário e tecnologias de produção, e tem sua produção voltada ao mercado externo.

Atualmente o agronegócio possui extrema importância para a economia brasileira. Um estudo sobre as exportações do agronegócio brasileiro em 2008 aponta que

Nos últimos anos o Brasil apresentou um expressivo crescimento no comércio internacional do agronegócio, consolidando sua posição como um dos maiores produtores e exportadores de alimentos e fibras, exportando para mais de 200 países. Poucos países registraram um aumento tão significativo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. O país é hoje o maior produtor e exportador de açúcar, café e suco de laranja. Também é líder nas exportações de álcool, complexo soja, tabaco, carne bovina e carne de frango (MIURA; TSUNECHIRO, 2009).

Por fim, como dado inconteste da importância do agronegócio no Brasil, segundo o Ministério da Agricultura “o agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB)”.

3. Agricultura familiar: emergência do debate

No mesmo período em que o modelo do agronegócio se consolida – e em parte em resposta a este fortalecimento – emerge a discussão acerca de outro modelo agrícola: a agricultura familiar. Até a década de 1990, os poucos autores que utilizavam termos próximos a *agricultura familiar* o faziam a partir de bibliografia a respeito do espaço agrário estadunidense e europeu, que empregava o termo *family farm*, que sofreu uma resignificação, caracterizada pelas críticas ao modelo de interdependência entre agricultura e indústria, que provoca exclusão e exploração do agricultor. Partindo deste novo significado, o termo *agricultura familiar* foi assumido por pesquisadores brasileiros de diversas disciplinas e pela representação política dos trabalhadores rurais. De acordo com Neves

Todos operaram nessa consagração classificatória, mas para fazer reconhecer a legitimidade e a modernidade dos objetivos da ação política dos trabalhadores rurais, de assentados e agricultores parcelares, em busca de enquadramento profissional, de acesso a recursos creditícios e assistência técnica, enfim, em tese asseguradores de modos de produzir sob orientação relativamente diversa da organização capitalista. (NEVES, 2007, p. 222)

José Eli da Veiga (1995) e Ricardo Abramovay (1995) apontam outros elementos que colaboraram para a consagração da agricultura familiar. Abramovay destaca ainda que entre a maior parte da comunidade acadêmica vigorava a idéia de que apenas as grandes propriedades apoiadas no trabalho assalariado é que contribuíam para o desenvolvimento (capitalista) do país. De acordo com o autor, a mudança que ocorreu desde o início da década de 1990 foi que a assimilação conceitual entre *pequena produção* e *agricultura familiar* deixou de ser aceita, o que se deve a dois tipos de pesquisa. Primeiramente, a estudos empíricos que mostraram agricultores brasileiros bastante distintos daqueles conhecidos como *pequenos produtores*. Depois, surgiram estudos sobre o desenvolvimento da agricultura em países capitalistas desenvolvidos que contrapunham a idéia de que quanto mais desenvolvido o capitalismo no campo, maiores devem ser os estabelecimentos agrícolas e com largo uso de mão-de-obra assalariada. Este resultado contribuiu para questionar a idéia de que a agricultura familiar estava condenada ao desaparecimento. Assim, embora não sirvam como modelos, os exemplos internacionais contribuem para uma nova perspectiva teórica, que não mais concebe a agricultura familiar como um segmento estagnado e eternamente miserável (ABRAMOVAY, 1995).

A contribuição de José Eli da Veiga vai de encontro com a de Ricardo Abramovay. Veiga afirma que durante muito tempo imperou na comunidade acadêmica a idéia de que a principal diferença entre as formas de produção agrícola estava no tamanho dos estabelecimentos. Entretanto, um estudo que considerou apenas a área efetivamente plantada e colhida ao invés da área total do estabelecimento constatou que

a maior concentração de produtividades máximas estava em áreas de colheita entre 50 e 500 hectares.

De fato, quando se examina com cuidado a questão do tamanho na agricultura e na pecuária, percebe-se que este não é o aspecto mais relevante. A adoção de inovações tecnológicas eleva constantemente a dimensão dos meios de produção (terra e capital) e reduz – na maior parte dos casos – as necessidades de mão-de-obra. Assim, a importância econômica de unidades produtivas de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que a área inicial do estabelecimento. (VEIGA, 1995, p. 129)

Veiga afirma que na história da agricultura capitalista observa-se a constante oposição e coexistência das formas *familiar* e *patronal* de produção, sendo que a familiar predominou em todos os países capitalistas no século XX. Partindo disto, a idéia que procura ressaltar a adaptabilidade da agricultura familiar às exigências do desenvolvimento capitalista tem sido reafirmada e fortalecida em estudos recentes.

Carlos Guanziroli também aborda a questão da viabilidade e da eficiência da agricultura familiar em um contexto de um mundo globalizado e competitivo. Para o autor, a questão chave circunscreve-se à escala técnica na agricultura, pois existe uma noção equivocada de que o progresso técnico na agricultura evolui de forma semelhante àquele na indústria, e que escala e eficiência estão diretamente conectadas, o que acaba por permitir a legitimação de estratégias de modernização baseadas na grande produção em detrimento de uma supostamente não competitiva na agricultura familiar (GUANZIROLI *et al*, 2001).

Assim, se reconhece a potencialidade da agricultura familiar de contribuir para o desenvolvimento econômico a partir da absorção de tecnologia moderna e de sua integração ao mercado. Nos meandros deste processo, a agricultura familiar, além de

dinamizar o crescimento econômico dos países que a adotaram como modelo agrícola, também exerce a estratégica função de garantir uma transmissão socialmente equilibrada entre uma economia de base rural para uma economia urbana e industrial. Ou seja, a agricultura familiar pode cumprir um importante papel nos países em desenvolvimento não apenas em favor do campo, mas também em função das cidades e de suas indústrias (GUANZIROLI, 2001).

A consagração da agricultura familiar foi selada por um número temático da Revista Reforma Agrária, da Associação Brasileira de Reforma Agrária, organizado por Sônia Maria Bergamasco e Maria de Nazareth Wanderley, e publicado no ano de 1995. Nos artigos que integraram a publicação, alguns autores designaram os agricultores como *pequenos agricultores* ou *integrados*. Outros autores se referiram à *produção familiar* ou aos *assentados* do Programa Nacional de Reforma Agrária. Entretanto, a maior parte dos autores fez uso do termo *agricultura familiar*. (NEVES, 2007)

A partir da contribuição destes autores, que procuraram transpor as barreiras metodológicas e conceituais da agricultura familiar a partir de seus estudos de caso e reflexões teóricas, a agricultura familiar foi delimitada conceitual e empiricamente, o que possibilitou que o termo alcançasse um acordo consensual entre grande parte dos pesquisadores, deslocando o uso de outras categorias como camponeses, produção familiar e pequena produção (NEVES, 2007).

A delimitação da agricultura familiar levou a procedimentos de mobilização política para a criação de princípios para enquadramento institucional de usuários e serviços públicos (NEVES, 2007). O maior exemplo dos resultados de tais mobilizações políticas é a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que constrói a categoria socioprofissional *agricultor familiar*, um sujeito que passa a ser dotado de direitos.

A consagração do termo fez com que a agricultura familiar incorporasse significados amplos e heterogêneos. Diante de tamanha gama de significados, Neves (2007) defende o uso da definição presente no texto do PRONAF, pois incorpora os conteúdos atribuídos por definições politicamente construídas a partir da negociação de interesses e conquistas: “*Modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e o trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado*” (p.234).

Em síntese, a consagração e consolidação da agricultura familiar provocaram uma transformação na forma de conceber o campo brasileiro nas esferas intelectual, social, econômica e política. A *pequena produção*, condenada ao desaparecimento, é reinterpretada, permitindo a construção da agricultura familiar: sensível à tecnificação e modernização, responsável por significativa parte da produção agropecuária e que em muito pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

O reconhecimento da importância da agricultura familiar não ficou restrito ao país. De acordo com dados do Mercosul

A Agricultura Familiar é responsável por 22,5 milhões de pessoas Agricultoras/es Familiares que residem e trabalham em 5,5 milhões de estabelecimentos rurais, que representam 83% das explorações agropecuárias, produzem 68% dos alimentos e respondem por 9% do PIB na região, segundo indicam os trabalhos efetuados pelos Grupos Temáticos da REAF. (MERCOSUL/VI REAF/DT N° 03/06)

(...) a maior parte do alimento consumido pelas populações dos países do bloco provém desse setor produtivo [a agricultura familiar], com influência decisiva, portanto, na segurança alimentar de cada país e do Mercado Comum em seu conjunto. (...) Além disso, responde pela maior parte dos estabelecimentos rurais e pela mais expressiva geração de emprego no meio rural. Contribui, assim, de forma decisiva para a estabilidade social e econômica da região. (PRIMEIRO CICLO – REAF MERCOSUL)

A construção conceitual da agricultura familiar, pautada em pesquisas desenvolvidas em diversas regiões do país, proporcionaram que a mesma passasse a ser

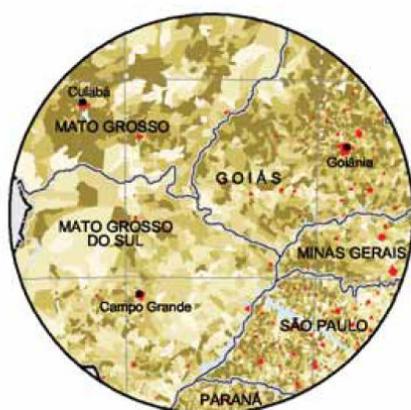
alvo de diversas políticas públicas, sendo que o programa de maior destaque é o já referido Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A importância da agricultura familiar, distintamente da do agronegócio, está na produção de alimentos que compõem a 'cesta básica' do brasileiro, portanto, voltada ao mercado interno. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário

No Brasil a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% dos bovinos. O valor bruto da produção da agricultura familiar é de 59 bilhões, o que representa 39,9% do total. (Agricultura familiar e censo 2006 – Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Outro fator de forte relevância na agricultura familiar é o alto índice de mão-de-obra ocupada, permitindo que os agricultores se fixem no campo e não necessitem buscar nas cidades alternativas para sua sobrevivência. Isto pode ser observado no mapa a seguir, onde áreas como a região Sul, marcada por pequenas propriedades, tem altos índices de mão-de-obra familiar ocupada, enquanto a região Centro-Oeste apresenta índices mais baixos, em virtude da forte presença do agronegócio na região. Por fim, destaca-se que em todo o Brasil a mão de obra da agricultura familiar possui um importante papel.

PERCENTUAL DA MÃO-DE-OBRA FAMILIAR EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO (2006)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

4. O confronto entre o modelo do agronegócio e da agricultura familiar sob o prisma da acumulação entravada

No Brasil, o desafio do desenvolvimento rural se inscreve dentro de uma lógica na qual as políticas públicas atestam, institucionalmente, a dualidade do mundo rural. Esta dualidade se inscreve na existência de dois ministérios que tratam da questão rural. O Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (MAPA) é responsável pelas políticas públicas destinadas ao agronegócio, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) responde pelas políticas de fortalecimento da agricultura familiar e pela implementação de modelos de reordenamento e de reforma agrária. (FILIPPI, 2009).

Embora as políticas públicas para a agricultura familiar estejam em emergência, elas ainda são demasiadamente incipientes quando comparadas aos incentivos ao agronegócio. A organização da produção a partir dos altos investimentos no agronegócio em detrimento da agricultura familiar denota a primazia da expatriação do excedente sobre a acumulação no mercado interno. Isto se dá em virtude da importância do agronegócio para a balança comercial brasileira, como pode ser observado na tabela a seguir:

**BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO –
JANEIRO A MAIO DE 2010**

Produtos Exportados	US\$ mil			Toneladas		
	1º período Jan/10 Mai/10	2º período Jan/09 Mai/09	Var. %	1º período Jan/10 Mai/10	2º período Jan/09 Mai/09	Var. %
Exportações – Total (1) Brasil	72.093.515	55.483.754	29,94	197.404.464	169.184.663	16,68
Exportações – Total (2) Agronegócio	28.072.682	24.101.380	16,88	43.444.335	43.128.208	0,73

Produtos Importados	US\$ mil			Toneladas		
	1º período Jan/10 Mai/10	2º período Jan/09 Mai/09	Var. %	1º período Jan/10 Mai/10	2º período Jan/09 Mai/09	Var. %
Importações – Total (3) Brasil	66.470.570	46.107.698	44,16	51.951.771	37.566.152	38,29
Importações – Total (4) Agronegócio	5.039.605	3.757.133	34,13	6.626.351	5.790.159	14,44

Saldo Total (1) – (3)	5.662.945	9.376.056	-40,03
Saldo Agronegócio do (2) - (4)	23.033.077	201344.247	13,22

Fonte: www.agricultura.gov.br

Destaca-se a partir da tabela a importância do agronegócio no saldo da balança comercial brasileira, que no período de janeiro a maio de 2010 foi de US\$ 5.662.945 mil, enquanto o saldo do agronegócio para o mesmo período foi de US\$ 23.033.077 mil. O peso do agronegócio para a balança comercial demonstra a manutenção da lógica *exportar para importar*.

De acordo com DEAK (1997),

A exploração da dialética da sociedade brasileira exige conceitos novos, correspondentes à especificidade do processo em questão, tais como *acumulação entravada* como distinto tanto de exploração colonial quanto de acumulação capitalista *em geral*, e *expatriação de excedente* como distinta de ‘produção para exportação’ ou ‘troca desigual’. (DEAK, 1997, p. 9)

A partir disso, considera-se que a dualidade do rural brasileiro se configura como implicação da acumulação entravada, em que o modelo do agronegócio, por sua vez, se reveste de expatriação do excedente. Deák aponta que “no processo de acumulação

entrvada uma parte substancial do excedente é continuamente retirada e enviada além das fronteiras, ao invés de ser incorporada à reprodução ampliada” (DEÁK, 2007, p.11). O agronegócio, por sua vez, responde aos interesses internacionais, tendo em vista que a escolha dos produtos a serem cultivados não responde ao interesse e às necessidades do mercado interno. Desse modo a produção é retirada e enviada além das fronteiras brasileiras, para diversas regiões do globo.

Ainda nesse sentido, tem-se no agronegócio a intensa participação das corporações internacionais de insumos agrícolas. Como os produtores dependem das sementes e dos insumos a elas vinculados, parte do capital gerado com a produção do agronegócio se destina a estas empresas, corroborando para a expatriação do excedente.

Além do exposto, ousa-se traçar uma comparação entre a sociedade de elite e suas estratégias de manter o *status quo* com a bancada ruralista e sua influência sobre as políticas públicas voltadas ao meio rural, pautada na defesa de interesses particulares. A bancada ruralista é composta por deputados ligados a produção agrícola – notadamente o agronegócio – e que se organizam no intuito de defender os interesses dos grandes proprietários, mantendo uma estrutura que tem suas heranças no período colonial. Desse modo, ainda são ‘os coronéis’, e se constituem como uma elite de grande influência local e nacional.

Por fim, o intuito deste artigo era apontar indícios na relação entre a dualidade do rural brasileiro e a acumulação entravada no Brasil. O investimento incipiente na agricultura familiar e, muitas vezes, em caráter experimental, coloca em segundo plano os interesses e as necessidades de maior parte da população, tendo em vista a importância da agricultura familiar no fornecimento de alimentos, no elevado índice de mão-de-obra ocupada, entre outros. O modelo do agronegócio é atualmente o principal destinatário das políticas e dos recursos para o meio rural. E embora o mesmo seja

fundamental na economia brasileira, corrobora também por seu entrave, já que atua a partir da expatriação do excedente.

Sabe-se que a análise aqui desenvolvida encontra-se ainda em um estágio bastante inicial – talvez mesmo embrionário. Afirma-se, no entanto, que a elaboração deste artigo foi tomada como um desafio e um exercício de interpretação a partir de novos caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA, 1., 1995, Petrolina. **Anais...** p.17-27.

AGRICULTURA FAMILIAR E CENSO 2006. Disponível em: <www.mda.gov.br> Acesso: mar.2010.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**. São Paulo. V. 19, N. 55, p. 33-48. Set/Dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso: jul. 2009.

CHONCHOL, J. El problema agrario en el contexto de la globalización. In: PINHEIRO, D. E. (org.). **30 Años de Sociología Rural en América Latina**. Montevideo: ALASRU, 2000.

DEAK, C. A acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.

GUANZIROLI, C. E. ; ROMEIRO, A. R. ; DISABBATO, A. ; BUAINAIM, A. M. ; BITTENCOURT, G. A. . Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária na América Latina**. LATINOAMERICANA – Enciclopedia Contemporânea de América Latina y Caribe. 2006. Disponível em: <www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/QA_America_Latina.pdf> Acesso em: fev. 2010.

MIURA, M.; TSUNECHIRO, A. Exportações do agronegócio das Unidades Federativas do Brasil em 2008. **Análises e Indicadores do Agronegócio**. São Paulo, v.4, n. 8, ago. 2009. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=11725> Acesso: ago. 2009

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.) **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VEIGA, J. E. Delimitando a Agricultura Familiar. **Revista Reforma Agrária**. Campinas, v. 25, nº. 2 e 3, p. 128-141, mai-dez. 1995

Sítios consultados (acesso em jun/jul/2010):

www.agricultura.gov.br

www.mda.gov.br